

A construção da Assistência Social no Rio de Janeiro: cenários da 1ª República

Ana Maria Quiroga

Introdução

Na história profissional do Serviço Social no Brasil, tem-se como marco inaugural o período pós-30, em que a profissão é reconhecida na divisão sócio-técnica do trabalho, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista predominantemente urbano- industrial e a expansão do proletariado e da burguesia industrial, sendo a constituição de seu mercado de trabalho profissional fundamentalmente articulada ao Estado e, secundariamente, a organizações patronais privadas.

Além disso, tem-se como consensual a idéia que apenas quando a questão social (matéria-objeto primordial da profissão) ingressa no cenário político da sociedade, exigindo outras formas de intervenção além da caridade e da repressão, foram dadas as condições para a estruturação do Serviço Social como novo campo profissional.

Estes argumentos internos à historiografia profissional, somados ao que se defende nas Ciências Sociais brasileiras, cujo desenvolvimento do pensamento social também se deu com maior desenvoltura a partir (e sobre) os anos 30, fizeram com que o período anterior fosse considerado de menor importância. No caso do Serviço Social, a assistência social em geral, mas, principalmente, sua história tanto colonial como filantrópica foi considerada “*protoforma*” do trabalho profissional e, como tal, não teve maiores investimentos de pesquisa dentro da área.

Apenas alguns trabalhos¹ dentro do Serviço Social, mesmo quando voltados para outros objetos, contemplaram algumas características histórico-estruturais do período pré-30 e da dinâmica da intervenção assistencial no mesmo. Assim, a ação assistencial tanto nos finais do Império como durante a 1ª República foi fundamentalmente estudada pelas áreas e pesquisadores ligados aos estudos acerca da infância e menoridade (Rizzini, 2004; 1997), à medicina e saúde mental (Costa, 1989; Fernandes, 1999; Machado et al, 1978) e mesmo da gênese dos sistemas jurídicos no país.

¹ Citando apenas alguns estudos, tem-se: Sposati, 1988; Mestriner (2005); Iamamoto e Carvalho(1982); Mesgravis (1976).

Na década de 1980, a sociedade brasileira desperta para o desvendamento do processo de constituição de sua cidadania, para a compreensão das classes populares e seus movimentos, contando com maior acúmulo de conhecimentos acerca dos processos históricos fundamentais (como a abolição da escravidão e suas seqüelas, o tipo de constituição republicana realizado no Brasil, a configuração dos direitos etc.). Nesta conjuntura, os estudos relativos aos períodos pré-30 voltaram a ganhar relevância em diferentes áreas da pesquisa histórica e do pensamento social brasileiro.

Hoje, com a ampliação da assistência social como política pública, sua importância no âmbito da Seguridade Social, o “revisitar a história da Assistência Social” no país, constitui uma necessidade fundamental. Isto porque, ao construir a arquitetura de uma nova PNAS (Política Nacional de Assistência Social) no país, o que se verifica é o renascimento de matrizes políticas e lógicas de atuação institucional extremamente arcaicas, cuja compreensão exigiria o “retorno” ou o reexame de questões aparentemente “há muito tempo superadas”. Referimo-nos, entre outros aspectos: à presença e importância da(s) religião (ões) e da lógica filantrópica nos sistemas assistenciais; às concepções acerca da necessidade de vigilância e enquadramento das classes populares face à “sua tendência à desordem e abusos no uso dos recursos públicos”; ao racismo e outros critérios excludentes presentes sob teorias e indicadores de produtividade das políticas sociais; à convocação das mulheres e da família popular para, através do mecanismo da “centralidade na família” envolvê-la na implementação das novas políticas assistenciais, como uma metamorfose de sua convocação à “moralização” da sociedade, de tempos passados.

Todos esses aspectos, atualmente tão próximos à intervenção do Serviço Social, posto que atualmente temos lugar de destaque na operação da política pública de assistência social, nos levam a pensar na necessidade de um retorno histórico da área, que antecederesse à fase de sua profissionalização no Brasil. Isto significaria pesquisar elementos que, participando da constituição da área da Assistência Social no país, nela tenham deixado traços marcantes inclusive na profissão e nos profissionais de Serviço Social.

Evidentemente, a reconstituição desse momento fundacional da Assistência Social estará aqui circunscrito a um período histórico específico – os finais do período Imperial e, principalmente, a 1ª República– e basicamente relacionado à cidade do Rio de Janeiro. Isto porque, como sede política dos dois períodos analisados, a cidade

concentrava e dava visibilidade a uma série de dilemas e questões da sociedade brasileira como um todo, vivendo, por sua vez, profundas mudanças políticas, sociais, econômicas e demográficas de uma nova nação pós-independência.

Os trabalhos aqui reunidos tratam de diferentes aspectos dessas questões. Foram realizados no âmbito da disciplina *Atividade Programada I*, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RIO, durante o segundo semestre de 2008. Tendo como foco de análise a História da Assistência Social no Rio de Janeiro, os estudos e pesquisas do grupo tomaram como periodicidade a segunda metade do século XIX, mas, principalmente, os primeiros anos do século XX, na chamada 1ª República. A seleção dos diferentes aspectos a serem estudados por parte dos alunos teve como base a articulação de seus respectivos temas de dissertação com personagens, processos, instituições e lógicas de intervenção que caracterizaram a atuação junto às camadas mais pobres da população urbana do Rio de Janeiro, neste período histórico. O que nos interessava pesquisar era, precisamente, elementos que, participando da constituição da área da Assistência Social no país, nela tenham deixado traços fundamentais.

Alguns dos estudos reportam-se ao período colonial, nele destacando as matrizes da Assistência Social, representada pela transposição do modelo português das Misericórdias e do sistema Santa Casa implantado em diferentes cidades brasileiras, com ênfase no caso do Rio de Janeiro. Tal sistema que se manteve percorrendo todo o período da Colônia inicia sua dissolução na segunda metade do século XIX, quando novas demandas e novas filosofias de intervenção pública passam a questioná-lo. O trabalho de Geovana Silva – *Assistência e Poder: os provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro* – enfoca tal processo indicando não só a participação das elites (parte dela ligada a uma aristocracia vivendo seu ocaso político) como a articulação da Santa Casa na criação de todo o aparato de institucionalização médico higienista que caracterizou o período analisado.

Dentro da perspectiva de analisar o amplo processo de institucionalização de segmentos considerados “perturbadores da ordem social”, temos o trabalho de Jorgina Sousa Lima – *O início da assistência à loucura no Brasil*. Nele são analisadas as concepções que cercam a loucura e seu tratamento até os finais do período imperial, bem como a criação de locais de isolamento e confinamento – os Hospícios –, para onde deveriam ser encaminhados os indivíduos então classificados como loucos pela nascente psiquiatria brasileira. Além da presença (e questionamentos ao sistema) da

Santa Casa e suas instituições de recolhimento de órfãos, é destacado o papel de Juliano Moreira como uma das figuras de importância no movimento higienista e filantrópico do período.

Na mesma perspectiva de hegemonia do pensamento filantrópico pelo qual “cidadãos esclarecidos” deveriam analisar e propor a regulação e o controle dos segmentos sociais “foco de perturbação e desordens sociais”, tem-se a atuação de filantropos ligados à esfera jurídica. E aqui ganha relevância a presença do jurista Mello Matos e sua atuação na “proteção dos menores abandonados e delinquentes”. O trabalho de Chris Giselle Pereira da Silva – *Código Mello Matos: um olhar sobre a assistência e a proteção aos “menores”* –, com base em levantamentos realizados junto a órgãos do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, analisa o contexto de elaboração do 1º Código de Menores do país, aprovado em 1927.

O trabalho de Antonio Reguete de Souza – *Bizarro e Singular: uma visão abolicionista da assistência* – propõe uma hipótese de análise para a lógica assistencial da primeira república (e mesmo para períodos subsequentes), segundo a qual, a matriz escravocrata, presente nos quase 300 anos de escravismo no Brasil, teria marcado de forma indelével o tratamento institucional desumanizante direcionado aos pobres e desvalidos já no período pós-abolição. Neste contexto, analisa os contornos racistas que marcaram diferentes análises de pensadores nacionais; a exclusão ou inclusão subalternizada de ex-escravos, bem como a presença das práticas sociais no aparato institucional (não apenas repressivo, mas também assistencial) que, naturalizando as desigualdades, reatualizam as seqüelas da escravidão no país.

O estudo de Aline Tosta dos Santos – *A construção do papel social da mulher brasileira na Primeira República* – discute o modelo normativo de família apresentado à sociedade brasileira na Primeira República, procurando demonstrar como essa construção ideológica se assentou na figura da mulher, requerendo desta considerável comprometimento com o projeto de moralização da família; de moldagem da figura de um trabalhador dócil e submisso (mas economicamente produtivo) e de um imaginário de mulher que, mesmo socialmente inferior, tinha no lar e no cuidado dos filhos sua condição de “rainha”. Neste estudo é dado destaque a um dos filantropos de maior atuação no período, o médico Moncorvo Filho.

Analisando também o mundo do trabalho na 1ª República, o estudo de Tânia Jardim e Isabel Paltrinieri – *A organização da burguesia face ao movimento operário na 1ª República* – enfoca o processo de organização do empresariado e da classe

trabalhadora no período, destacando a atuação das associações patronais e do movimento mutualista. Num contexto marcado por inúmeras manifestações de insatisfação, seja da nascente indústria, frente aos privilégios das oligarquias agrárias, seja do operariado, submetido a precárias e desprotegidas condições de trabalho, as duas classes fundamentais da produção capitalista de base urbano-industrial procuram organizar-se em entidades de defesa de seus respectivos interesses. No que concerne às entidades patronais, estas buscarão mobilizar tanto a opinião pública (através da grande imprensa do período) como as esferas do Estado e do legislativo, no sentido provocar medidas que lhes garantissem suas margens de acumulação e lucro. Neste sentido, a atuação do Estado, para o qual, a questão social era considerada “*caso de polícia*”, será fundamentalmente de caráter repressivo. Por outro lado, no que concerne à atuação operária, são organizadas inúmeras entidades associativas (muitas das quais impregnadas de ideais mutualistas e filantrópicos) tendo como base identidades étnicas e/ou de ofício. Tais entidades, consideradas, por alguns estudiosos, como *protoformas* da organização sindical, terão certo papel na experiência operária do período e na moldagem de formas protetivas do trabalho fabril.

Finalmente o estudo de Mariana Pereira – *A evolução habitacional-urbana na cidade do Rio de Janeiro* – enfoca principalmente duas formas de habitação popular: *cortiços e favelas*, entendendo-as não apenas como expressões de segregações espaciais, mas como manifestações, no campo habitacional, de segregações sociais, políticas e econômicas.

O conjunto dos estudos aqui incluídos representa uma primeira incursão coletiva de alunos do PPG/Serviço Social da PUC-RIO na análise histórica da Assistência Social no Rio de Janeiro. Realizados no curto espaço de um semestre letivo, eles, evidentemente, não cobrem todas as dimensões constitutivas do período analisado. Assim, não foram suficientemente estudados tanto o complexo processo de desagregação da escravidão, como a formação da classe operária e suas manifestações políticas, fenômenos absolutamente relevantes no contexto político-social da cidade. Entretanto, em relação às diferentes dimensões da assistência social, o que parece ficar evidente é que a “descoberta das classes trabalhadoras e populares” realizada no final do Império e na 1ª República foi um reconhecimento absolutamente hierarquizado e desqualificador em que as matrizes e lógicas dominantes que transitavam entre os grupos oligárquicos, e o próprio poder público, se manifestaram no tratamento autoritário e repressivo dispensado àqueles que foram sendo constituídos como objeto

do atendimento assistencial, seja ao nível dos serviços públicos seja ao nível da ação institucional de agentes privados.

De qualquer forma, a etapa histórica que precede a institucionalização da profissão de Serviço Social no país é de uma enorme riqueza e complexidade, o que nos motiva a novos estudos e pesquisas complementares às que ora apresentamos.

Bibliografia

COSTA, Jurandir F. *Ordem Médica e Norma Familiar*, Rio de Janeiro: Graal, 1989

FERNANDES, Tania Maria. *Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)*.Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ,1999

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Celats/Cortez,1982

MACHADO , Roberto et al. *Da (n)ação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. GRAAL, 1978

MESGRAVIS, Laima. “A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo-1599?- 1884: Contribuição as estudo da Assistência Social no Brasil- São Paulo: Conselho Estadual de Cultura,1976.

MESTRINER, M. Luiza. *Estado entre a Filantropia e a Assistência Social-* São Paulo: Cortez, 2005-2ª Ed.

QUIROGA, Ana Maria.” “Assistência e Poder: revendo uma articulação histórica” Rio de Janeiro, Revista Praia Vermelha,18. 1 semestre, 2008

RIZZINI, I. e Rizzini, I . “A Institucionalização de crianças no Brasil: Percurso Histórico e desafios do presente”. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004

RIZZINI, Irene.” *O Século Perdido*”. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1997

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *Vida Urbana e Gestão da Pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988